

# A crise silenciosa da Amazônia

CASO 5

## TECNIFLORA LTDA



<b>Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)</b>	2281/2012	Data de validade	13/07/2013
<b>Licença ambiental rural (LAR)</b>	2143/2012	Tipo de ipê	Não declarado
<b>Área total da propriedade</b>	8,652.94ha	Número de árvores de Ipê declarado na Unidade de Produção Anual (UPA)	1,109
<b>Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)</b>	6,016.19ha	Volume e densidade total de árvores de ipê declaradas na UPA	5,892.56m <sup>3</sup>
<b>Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF</b>	5,164.76ha		(1.46m <sup>3</sup> /ha)
<b>Especialista (engenheiro florestal) responsável pela proposta de PMFS</b>	Eduardo Costa Coelho		
<b>Proprietário do imóvel</b>	Tecnilora Ltda and others		



Um caminhão carregado de madeira na Estrada Curuá-Uma, depois de atravessar o Rio, que tem o mesmo nome da estrada, perto de Santarém, Pará. 26/03/2014

Evidência de desmatamento em Uruará, no Pará. 03/29/2014



## Uma solicitação ambientalmente sensível

A propriedade de Marituba está localizada no município de Anajás, no Pará, no centro da ilha de Marajó, na foz do Amazonas.

A Tecnilflora iniciou o processo de solicitação do PMFS (Plano de Manejo Florestal Sustentável), em agosto de 2011, e obteve uma AUTEF (Autorização de Exploração Florestal) em julho de 2012.<sup>1</sup> A empresa foi autorizada a coletar cerca de 152.000 m<sup>3</sup> de madeira em aproximadamente 5.150 hectares dos 8.650 hectares totais da propriedade.

De acordo com a análise feita pela SEMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado) da solicitação de PMFS por parte da Tecnilflora, a propriedade está situada dentro de uma APA (Área de Proteção Ambiental)<sup>2</sup>, e fica a apenas

oito quilômetros da Resex Mapuá<sup>3</sup> (Reserva Extrativista), criada em 2005 e sob gestão federal. Além disso, está sendo considerada<sup>4</sup> a transformação da área em uma UC (Unidade de Conservação)<sup>5</sup> e a SEMA está tentando declarar toda a ilha de Marajó como Reserva da Biosfera pela UNESCO.<sup>6</sup> Por estes motivos, a solicitação de PMFS por parte da Tecnilflora foi encaminhada pela SEMA à Diretoria de Áreas Protegidas do Estado, que, no entanto, não fez objeção alguma<sup>7</sup>. Passados os processos, a SEMA aprovou o PMFS após uma inspeção técnica e emitiu a primeira AUTEF.

A engenheira florestal responsável pelo PMFS da Tecnilflora representava anteriormente outra empresa (Agropastoril Eldorado Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.), acusada pelo IBAMA de desmatar ilegalmente 650 hectares de vegetação nativa.<sup>8</sup>

# Evidência de fraude florestal

A propriedade de Marituba está localizada no centro da ilha de Marajó. A ilha consiste principalmente em zonas de várzea e terras alagadas<sup>9</sup>, que inundam periodicamente, o que resulta em pequenas quantidades de espécies de árvores comercialmente viáveis, apenas as que estão nas poucas áreas de terra firme.

O inventário referente à AUTEF 2281/2012 para o PMFS da Tecniflora consiste predominantemente de espécies típicas dos habitat mais secos. O documento também reivindica densidades de espécies como ipê muito acima do que seria esperado com base na literatura científica. Além disso, os inventários florestais produzidos no projeto RADAM, conduzidos pelo Serviço Geológico do Brasil<sup>10</sup> não mostram registros de ipê nem de outras espécies de terra seca na região.

Quando os pesquisadores do Greenpeace sobrevoaram a área de manejo em setembro de 2013, não observaram nenhuma atividade florestal como extração de toras, pátios de estocagem, ou estradas de acesso para o transporte de madeira. Estes são indícios de que os créditos gerados por esta área de manejo foram usados para 'lavar' a madeira ilegal vinda de outro lugar – uma conclusão que foi confirmada por uma investigação oficial<sup>11</sup>.

Após a emissão da AUTEF, outra inspeção técnica foi agendada para abril de 2013 com o objetivo de avaliar o cumprimento das atividades de coleta<sup>12</sup>. No entanto, a Gerência de Projetos Agrosilvopastoris (GEPAP) da SEMA solicitou que a inspeção fosse reagendada devido a problemas de saúde de uma das técnicas, e foi então sugerido que fosse conduzida somente após o início da estação chuvosa, em julho<sup>13</sup>.

Em julho, uma missão de inspeção foi finalmente agendada para setembro<sup>14</sup>. Este atraso de seis meses deu à Tecniflora um período extra durante o qual pôde continuar a usar seus créditos de madeira emitidos para a Marituba, para possivelmente legalizar madeira ilegalmente coletada em outras áreas.

Após a inspeção, a SEMA anunciou em seu *site*<sup>15</sup> que havia descoberto evidência de transferência ilegal de créditos de madeira do PMFS na propriedade de Marituba.

De acordo com um artigo publicado no site brasileiro de

notícias G1<sup>16</sup> em Setembro de 2013<sup>17</sup>:

“A Tecniflora, empresa que teve Plano de Manejo Florestal aprovado pela Sema e obteve uma autorização de exploração florestal com créditos de madeira, começou a ser investigada quando a Diretoria de Fiscalização da Secretaria identificou indícios de uso irregular de créditos florestais.

... O crime ambiental foi confirmado quando a equipe da Sema foi até a área de manejo florestal no município de Anajás, munida de relatórios produzidos pela sala de monitoramento da Sema, contendo a análise multitemporal das imagens de satélite e os dados de comercialização de crédito no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora) e confirmou várias irregularidades na execução do plano de manejo, sendo a principal o fato de ter sido constatado em campo que a área possuía menos de 5% da floresta explorada, comprovando que não houve venda das toras de madeira e sim dos créditos florestais.

... Sobre as análises da utilização de créditos florestais, os dados da equipe de monitoramento da fiscalização da Sema mostram que do volume de 151.943,48 metros cúbicos de madeira nativa autorizado, foram emitidas 830 guias florestais, das quais 33 foram movimentadas exclusivamente via transporte rodoviário, o que não seria possível, considerando que o acesso à área é unicamente fluvial, e que a estrada mais próxima da área em linha reta fica a cerca de 54 km de distância.

... Além disso, imagens de satélite analisadas mostram áreas intocadas, de onde deveriam ter saído várias toras de madeira. Outros casos mostram transporte intermodal (parte via fluvial e parte terrestre) de quantidades tão grandes (como 752,9 m<sup>3</sup>) que não poderiam ter sido transportadas em menos de três dias por um único caminhão, de Anajás a Moju, por exemplo. Ficou evidente, então, que não houve comercialização do produto na sua forma física, pois além do grande volume, é insuficiente o tempo de entrega e recepção.

... Diante de todas as irregularidades constatadas, que incluem ainda a inexistência física de empresas que haviam comprado as madeiras (na prática, apenas os créditos), a Sema não só autuou as empresas, mas também bloqueou seus cadastros no Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (Ceprof).”

Algumas das empresas que haviam lavado a madeira usando créditos da Tecniflora entraram posteriormente na Justiça para reaver seus registros CEPROF uma vez que suas atividades haviam sido interrompidas.

O caso foi ao Supremo Tribunal Federal e, em 12 de março de 2014, o Ministro e Presidente do Tribunal, Joaquim Barbosa, recusou-se a restabelecer os registros.<sup>18</sup>

Embarcações carregadas com madeira no rio Curuá do Sul, no Pará.  
28/03/2014

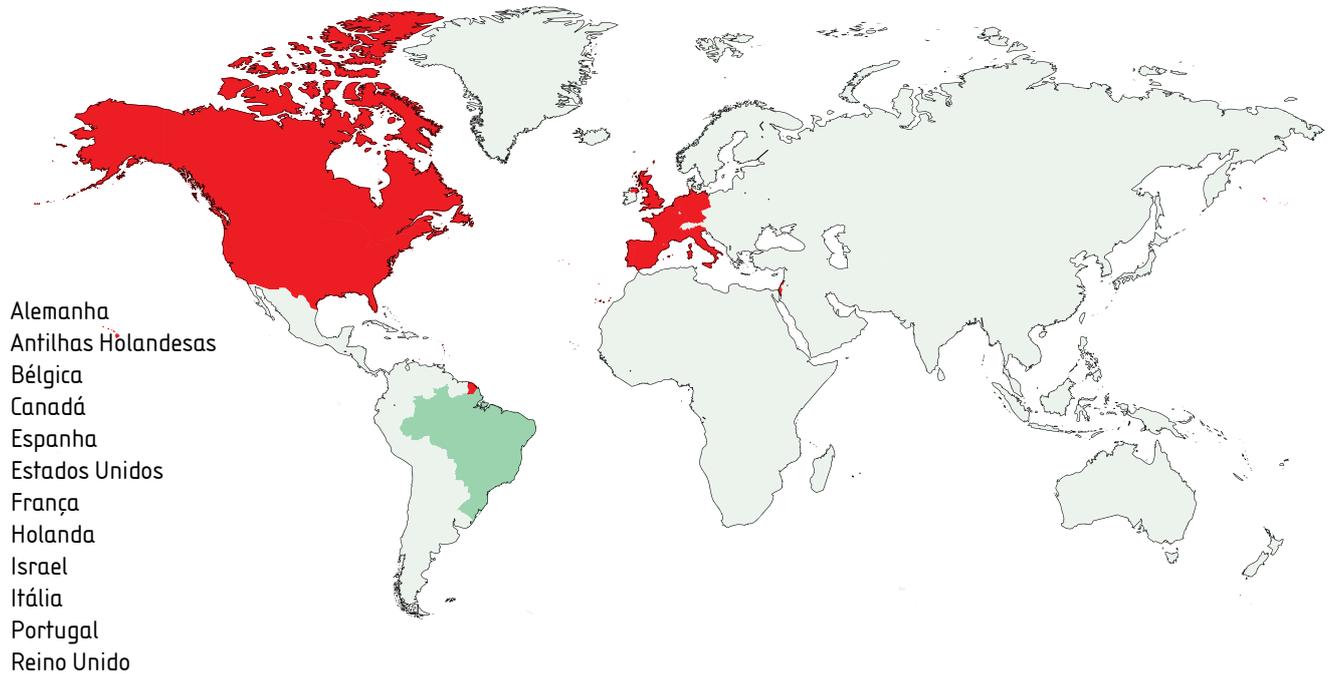
Madeira abrigada no pátio da serraria Alecrim, em Santarém, no Pará.  
26/03/2014



# Clientes internacionais para madeira suspeita

Conforme informações apuradas pelo Greenpeace, a Tecniflora comercializou 99.9% dos créditos gerados pela AUTEF 2281/2012. A empresa vendeu madeira que alegava ser da área de PMFS de Marituba para nove serrarias<sup>19</sup>. Estas serrarias tiveram relações com pelo menos 40 empresas exportadoras, que enviaram madeira para pelo menos 13 países, incluindo Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, França, Alemanha, Israel, Itália, Holanda, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

## Mercados da Tecniflora Ltda



Madeira lavada com o uso de créditos da Tecniflora Ltda. pode ter sido exportada para os países mostrados.

## Notas

- 1 SEMA (Pará) caso no. 2011/0000025438. <http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/>
- 2 Um tipo de área protegida em que são permitidas atividades de baixo impacto, e onde a terra privada pode permanecer em propriedade privada.
- 3 De acordo com o artigo 18 da Lei 9.985/2000, "a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se na extração e, além disso, na subsistência da agricultura e pecuária de pequenos animais e tem como objetivo básico proteger os meios de subsistência e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos

naturais da unidade.

- 4 Conforme descrito na análise da SEMA para aplicação do PMFS da Tecniflora <http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/>
- 5 Uma unidade de conservação é uma área de terras públicas, onde as atividades econômicas são proibidas ou altamente controladas. É uma forma muito mais restritiva de área protegida do que uma APA.
- 6 Conforme descrito na análise feita pela SEMA da solicitação de PMFS por parte da Tecniflora
- 7 Conforme descrito na análise feita pela SEMA da solicitação de PMFS por parte da Tecniflora
- 8 IBAMA case no. 02018.008412/2005-47 [www.mma.gov.br/port/conama/processos/D20C5F9D/84121.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/D20C5F9D/84121.pdf)
- 9 Valente, R. (2011) Arquipélago do Marajó, in Valente, R. et al. (eds.) Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil, Conservação

Internacional, Belém, pp78-81. [http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/avesmigratorias/norte/Aves\\_marajo.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/avesmigratorias/norte/Aves_marajo.pdf)

- 10 Como parte do projeto RADAM veja [http://daac.ornl.gov/data/bluangel\\_harvest/MJG\\_V1/pre\\_LBA\\_CDROM/radam/radam0.html](http://daac.ornl.gov/data/bluangel_harvest/MJG_V1/pre_LBA_CDROM/radam/radam0.html)
- 11 G1 (2013) Mais de 50 empresas são autuadas por comércio ilegal de madeira no PA, 20 September. <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/09/mais-de-50-empresas-sao-autuadas-por-comercio-ilegal-de-madeira-no-pa.html>
- 12 Conforme descrito na análise feita pela SEMA da solicitação de PMFS por parte da Tecniflora
- 13 Conforme descrito na análise feita pela SEMA da solicitação de PMFS por parte da Tecniflora
- 14 Conforme descrito na análise feita pela SEMA da solicitação de PMFS por parte da Tecniflora
- 15 SEMA, Pará (2013) SEMA autua mais de 50 empresas por comércio ilegal de madeira no Pará, web page, 20 September. <http://www.sema.pa.gov.br/2013/09/20/sema-atua-mais-de-50-empresas-por-comercio-ilegal-de-madeira-no-para/>
- 16 Original em Português. Tradução pelo Greenpeace.
- 17 G1 (2013) Mais de 50 empresas são autuadas por comércio ilegal de madeira no PA, 20 September. <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/09/mais-de-50-empresas-sao-autuadas-por-comercio-ilegal-de-madeira-no-pa.html>
- 18 Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) Diário Oficial (2014) 14 March, p20. [www.jusbrasil.com.br/diarios/67555110/stf-14-03-2014-pg-20](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/67555110/stf-14-03-2014-pg-20)
- 19 MPF/Pará. Processo nº 1.23.000.001187/2013-31.